



[Contexto](#) | [Por que isso é importante?](#) | [Recomendações](#) | [Autores](#)

O [LAYCS Fellowship](#) é um programa de fortalecimento de capacidades e liderança destinado a apoiar jovens líderes negros, indígenas e de outras minorias étnicas (BIPoC) da América Latina no aprofundamento de seu envolvimento em espaços internacionais de política climática, este ano com foco especial na Transição Justa e na Adaptação. Esses resumos refletem nossos valores: compartilhar conhecimento, abrir portas e tornar os espaços de negociação mais acessíveis ao movimento juvenil em geral. Ao publicá-los, nosso objetivo é aproximar outras pessoas do processo e fortalecer estratégias coletivas para a justiça climática. Se você tiver alguma dúvida ou comentário, entre em contato pelo [info@laycs.org](mailto:info@laycs.org), [LinkedIn](#) ou [Instagram](#).

## Contexto

A adaptação às mudanças climáticas é hoje mais urgente do que nunca. As discussões e negociações sobre os efeitos das mudanças climáticas não se concentram mais apenas no futuro, mas estão agora centradas nos impactos que já afetam comunidades e regiões em todo o mundo. No entanto, essa realidade não se traduziu em avanços suficientemente ambiciosos durante a COP30, especialmente no que diz respeito à adaptação que prioriza as pessoas e o bem-estar das comunidades.

A COP30 marcou um importante passo adiante com a adoção dos Indicadores de Belém (BAI) no âmbito da estrutura da Meta Global de Adaptação (GGA). No entanto, vários especialistas e negociadores apontaram que a proposta atual ainda apresenta limitações significativas para sua aplicação nos níveis nacional e local, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de dados, metadados e metodologias que sejam comparáveis entre países e contextos.

Em resposta a esses desafios, juntamente com a adoção dos Indicadores de Belém, as Partes concordaram com um plano de trabalho de dois anos denominado Visão Belém-Adis, com o objetivo de fortalecer a operacionalização e a aplicabilidade dos indicadores.

Simultaneamente, o item da agenda do GGA deve avançar na definição e implementação do Roteiro de Adaptação de Baku (BAR), considerado um elemento-chave para orientar o progresso coletivo em matéria de adaptação.

## Por que isso é importante?

A adaptação climática é essencial para reduzir as vulnerabilidades aos impactos inevitáveis da crise climática, protegendo vidas, meios de subsistência e ecossistemas. Ela não pode avançar sem a inclusão plena e efetiva das vozes dos jovens, das crianças, das mulheres e das pessoas de diversos gêneros, dos povos indígenas, das comunidades locais, dos migrantes e das pessoas de ascendência africana. Da mesma forma, reconhecemos a importância de integrar uma abordagem baseada nos direitos

humanos, bem como o valor do conhecimento tradicional, local e ancestral, em conjunto com a ciência, como pilares fundamentais para o fortalecimento da resiliência climática.

A adaptação deve ser abordada colocando as pessoas e as comunidades no centro das ações e decisões, enfatizando a necessidade de promover mecanismos, ferramentas e estruturas que permitam uma implementação eficaz e aplicável no nível local.

## **Recomendações**

Apresentamos as seguintes prioridades estratégicas e demandas, elaboradas a partir de uma perspectiva latino-americana, com o objetivo de fortalecer a ambição e a implementação efetiva dos compromissos internacionais na SB64.

### ***Roteiro de Adaptação de Baku (BAR)***

- O BAR deve ser uma ferramenta que integre todos os processos de adaptação e a implementação da Meta Global de Adaptação (GGA) e do Quadro Global de Resiliência Climática dos Emirados Árabes Unidos.
- Os Meios de Implementação (MOI) devem ser centrais no processo de trabalho do BAR para garantir a implementação efetiva de medidas de adaptação em diferentes territórios.
- O BAR deve funcionar como um mecanismo prático para orientar e acelerar ações concretas dentro da arquitetura da UNFCCC e gerar maior responsabilidade entre as partes na elaboração de novos relatórios.
- É essencial que ele mantenha a coerência dentro da arquitetura de adaptação, vinculando os processos da GGA, os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), os fundos climáticos, os indicadores, os órgãos técnicos e o financiamento.
- O BAR deve conduzir a um resultado negociado que incorpore as conclusões das oficinas às decisões políticas.

### ***Visão Belém–Adis***

- A força-tarefa da Visão Belém–Adis deve incluir a representação de um grupo transdisciplinar e representativo de especialistas, incluindo tanto partes quanto partes interessadas não signatárias, especialmente grupos da sociedade civil baseados em direitos, como ONGs ambientais, organizações de povos indígenas, organizações feministas e organizações de jovens.
- É importante que a coordenação entre a Visão Belém–Adis e o BAR seja assegurada.
- É essencial que a visão crie espaços e métodos para testar a viabilidade dos indicadores adotados e permitir sua modificação, se necessário, com o objetivo de melhorar sua aplicabilidade.
- A integração do conhecimento ancestral das comunidades indígenas e locais precisa ser central para a aplicação e o teste dos indicadores de Adaptação de Belém adotados.
- É essencial garantir financiamento para testar e validar os indicadores adotados em Belém.
- É crucial lançar uma chamada para submissões a fim de monitorar a implementação dos indicadores, bem como as respectivas lições aprendidas.

### ***Financiamento para a Adaptação***

- O financiamento deve ser acessível e local, com mecanismos diretos para as comunidades e gestão descentralizada que não perpetue as desigualdades.
- As Partes precisam estabelecer um plano de ação para triplicar o financiamento para a adaptação até 2035 e tomar essa decisão no âmbito do item da agenda "Assuntos relacionados à Meta Global de Adaptação".
- O financiamento público e altamente concessionário deve continuar sendo a espinha dorsal do Financiamento para a Adaptação, enquanto os investimentos privados só podem complementar quando não prejudicarem as considerações de justiça e direitos humanos.
- A transparência, a inclusão e a equidade intergeracional, racial e de gênero devem orientar todos os fluxos financeiros.
- As Partes precisam priorizar o financiamento direto para organizações indígenas e comunitárias nas discussões sobre adaptação.

### **Outros pontos-chave**

- Integrar a adaptação ao financiamento climático, aos PNA, aos BTR e ao próximo Balanço Global (GST2).
- Reconhecer a liderança e o trabalho dos povos indígenas, das comunidades locais e dos afrodescendentes como defensores da linha de frente.
- Garantir maior acesso a recursos para a participação efetiva em espaços internacionais de tomada de decisão: credenciamentos, recursos financeiros, interpretação e capacitação para jovens indígenas e afrodescendentes.
- Apoiar a criação de grupos de representação para comunidades locais e para povos afrodescendentes, a fim de garantir seu reconhecimento e participação efetiva.
- Reconhecer as vulnerabilidades e a liderança histórica das pessoas LGBTQ+.
- Promover o reconhecimento de todos os biomas como essenciais para o equilíbrio climático.
- Enfatizar a proteção dos defensores dos direitos humanos e do território, reconhecendo-os como um grupo vulnerável.

## **Autores**



**Adela Esther Tuy Tuy**  
*Guatemala*

Adela é uma mulher indígena Maya Kaqchikel da Guatemala. É comunicadora independente com foco em direitos humanos, ação climática, educação e igualdade de gênero. Desde os 13 anos, usa a arte como ferramenta de expressão, resistência e transformação social. Seu trabalho foi publicado em revistas como *EntreMundos* e *We All Grow Latina*, e ela é autora do livro de poesia *Keme*. Nos últimos dois anos, atuou como delegada em conferências climáticas da UNFCCC, acompanhando as negociações sobre adaptação às mudanças climáticas. Ela é membro do Indigenous Peoples Caucus da UNFCCC, assim como da Climate Action Network International.



**Hazel Daniela Muñoz Alpizar**  
*Costa Rica*

Hazel é uma engenheira florestal com experiência em restauração de ecossistemas, adaptação às mudanças climáticas e paisagens produtivas sustentáveis. Atualmente pesquisa o potencial das soluções baseadas na natureza para fortalecer a resiliência climática territorial na América Latina. Ela faz parte do programa de bolsas LAYCS, onde promove a incidência juvenil e a justiça climática em espaços internacionais de negociação e governança climática, com foco na adaptação às mudanças climáticas. É membro da Women and Gender Constituency da UNFCCC, assim como da Climate Action Network International.